O capitalismo é obrigatório?

Por que fazer esta pergunta em outubro de 2026? O estado do mundo, dilacerado por crises da democracia em vários países, guerras particularmente mortíferas, atentados, concorrências económicas cada vez mais acirradas, para não dizer violentas, crises sociais e também humanitárias, obriga-nos a questionar o sistema chamado dominante: o capitalismo. Já não há tempo para tergiversar, hesitar, nem para nos refugiarmos numa pseudo-esperança de que este sistema se vá auto-reformar. Mas é preciso encontrar uma resposta: este artigo propõe uma: a Economia Social, necessariamente democrática e solidária. Esta Conferência em Lisboa pode, ao debater esta questão, reforçar este caminho.

1. Um capitalismo triunfante?

Será o capitalismo, afinal, obrigatório? É tentador colocar esta questão, uma vez que ocupa um lugar dito «dominante» no mundo. Especialmente desde a queda do Muro de Berlim. Mas, mais certamente ainda, ao cultivar o terreno graças às suas raízes profundas e a uma capacidade de renovação incontestável. Para usar uma palavra que faz os seus defensores estremecerem, ele é «sustentável», mas evidentemente não no sentido ecológico do termo! Branko Milanović, professor da Universidade de Nova Iorque, publicou uma obra intitulada em francês **Le capitalisme sans rival* (O capitalismo sem rival*)[1] que «consagra a vitória de um modelo de desenvolvimento sem igual conhecido até hoje, para garantir a prosperidade dos homens[2]». Insistindo no assunto, o autor defende que este não é apenas dominante, mas agora único. Para ele, o planeta inteiro segue agora os mesmos princípios económicos orientados para o lucro. Com o resultado previsto de acabar com as desigualdades entre os países. A surpresa divina é que: «A parte do capital no rendimento nacional vai aumentar»[3] . O futuro seria, para além destas constatações, um mundo «guiado pelas sucessivas facilitações dos movimentos de mercadorias, da informação e, finalmente, das pessoas», com, no final,

[1] *O capitalismo sem rival, o futuro do sistema que domina o mundo,* Branko Milanović, La Découverte, 2020.
[2] Zoom: *Como o capitalismo se tornou senhor do mundo*, www.lesechos.fr, 08/09/2020.
[3] *O capitalismo sem rival, o futuro do sistema que domina o mundo,* Branko Milanović, La Découverte, 2020.

«a vitória definitiva sobre as restrições de lugar e de tempo»[4] . Impossível, portanto, encontrar uma alternativa ao «capitalismo hipermercantilizado»[5] que ele glorifica. O economista Michel Aglietta, embora afirmando que o capitalismo perduraria, mostrou-se muito mais cauteloso ao destacar a sua responsabilidade nas múltiplas crises que este gera, criando uma espécie de continuum de crises e desigualdades. Ele nunca deixou de defender uma transformação, uma regulação do capitalismo. Ambos, de forma muito diferente — triunfalista para um, crítica e reformista para o outro —, obrigam-nos a questionar se o capitalismo é o caminho único e imutável a seguir.

A questão é tanto mais premente quanto se sucederam e ainda coexistem diferentes tipos de capitalismo.

Em *«A Economia Social, uma alternativa ao capitalismo»*[6] *,* já tinha referido quatro tipos. «O capitalismo familiar», o das grandes famílias (Ford nos EUA, Carrefour em França, Samsung na Coreia do Sul, Bolloré em França…), e das pequenas e médias empresas familiares (muito numerosas na União Europeia). O «capitalismo tecnocrático», o dos gestores, que consagra a separação de poderes entre gestores e proprietários, com os gestores a procurarem maximizar os seus salários e os lucros dos acionistas. Segue-se ainda o «capitalismo financeiro», que é o dos investidores que aplicam os seus fundos de forma intensiva para maximizar os seus lucros nos setores dos serviços, industrial, tecnológico ou agrícola. E, extrapolando desta terceira categoria, o «capitalismo capitalista». Trata-se, através de fundos de investimento ou de pensões, de comprar, rentabilizar, revender ou mesmo destruir para reduzir a concorrência. Esta versão extrema é a fonte de novas instabilidades. Seria demasiado simples se estas quatro categorias se revelassem suficientes, uma vez que o capitalismo tem algumas características de camaleão. Ele adapta-se e também multiplica-se. Sob um outro ângulo, também se pode distinguir um capitalismo nacional e outro sem fronteiras. Este último é particularmente ilustrado pelas GAFAM: Google, Amazon, Facebook,

[4] Ibid.
[5] Ibid.
[6] *A Economia Social, uma alternativa ao capitalismo,* Thierry Jeantet, Economica, 2008.

Tesla, Uber… Um capitalismo que não se importa com fronteiras, regulamentações, impostos e taxas. Ele alia inovações e auto-internacionalização a práticas sociais chocantes. Novas formas de capitalismo, uma espécie de derivações das anteriores, estão a surgir. Nomeadamente o «capitalismo cowboy», ilustrado pelo Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e pelos seus amigos. Com o lema «eu disparo primeiro e depois vemos». A guerra de tarifas e impostos desencadeada por Donald Trump insere-se neste contexto. Ele espera, inclusive para si próprio, benefícios tangíveis e financeiros. De certa forma, o capitalismo que concentra o poder político e económico de forma exacerbada está em luta com as outras formas do capitalismo ocidental e com as do capitalismo de Estado (o da China, da Rússia e de outros ainda, sob o pretexto do comunismo ou do imperialismo). Estes capitalismos sucedem-se, chocam-se, vigiam-se e também concertam-se.

Esta diversidade é, sem dúvida, uma das condições da vida, ou mesmo da sobrevivência, do capitalismo. Afinal, sendo a concorrência uma palavra de ordem do capitalismo, parece normal que este a pratique no seu seio. Entre os grandes argumentos a favor da manutenção do capitalismo como modelo único, há três que chamam a atenção:

Em primeiro lugar, o capitalismo e a democracia estão intimamente ligados. Basta mencionar a Rússia, a China ou mesmo Singapura para que surjam dúvidas. As origens autoritárias, protegidas ou não por um comunismo ou outro, não o demonstram e não o escondem de forma alguma. Eleito democraticamente — o que é indiscutível — duas vezes Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump não cessa de atacar os representantes eleitos dos estados que não o seguiram. O capitalismo não é um idealismo ingênuo. Quinn Slobodian, professor da Universidade de Boston, demonstra como os economistas Friedman e Hayek, com a «Sociedade de Mont Pelerin», têm como objetivo «neoliberal» lutar contra o Estado-providência[7]. Admirando Hong Kong (que ainda não tinha sido retomada pela China), que não tinha «sucumbido nem aos sismos da descolonização nem aos da

[7] *O capitalismo do Apocalipse,* Quinn Slobodian, Seuil, 2025.

democracia»[8]. Podiam celebrar igualmente «a solução Singapura» com a sua democracia controlada. Estas duas ilhas estão longe de ser as únicas, pois a inventividade dos capitalistas quase não tem limites. Na sua obra, Quinn Slobodian analisa o fenómeno das «Zonas»[9], que são «gated communities», «espaços fechados», «zonas de livre comércio» isentas ou que se isentam de todas as regras contrárias a um mercado totalmente livre, mesmo que isso implique criar regras anti-regras. A experiência extrema da Somália, a «Economia sem Estado»[10] que ele descreve, demonstra até onde os libertários querem ir. No outro extremo encontra-se a Zona Franca de Jebel Ali, espaço formalmente «extraterritorial» do Dubai. Não faltam exemplos deste tipo. Infelizmente, mais perto de nós, desenvolve-se na Europa uma crise da democracia mais do que latente, parecendo o binómio capitalismo liberal/democracia esgotar-se em benefício das forças de extrema-direita. Os compromissos entre o capitalismo e os atores sociais e sindicais tornam-se cada vez mais raros, as crises financeiras e sanitárias acumulam-se e os Estados afastam-se dos modelos republicanos. O capitalismo capitalista e, mais ainda, o capitalismo «cowboy» pretendem ultrapassar ou prescindir da democracia sem avaliar as consequências. Um belo exemplo do que defendia Stephen Moore, próximo de Donald Trump: «o capitalismo é mais importante do que a democracia»[11].

Em terceiro lugar, o capitalismo reduz as desigualdades e a pobreza. É evidente que «a humanidade produz atualmente mais riqueza do que no início do capitalismo, isso é inegável». «O PIB mundial passou de 175 mil milhões em 1800 para 96,100 mil milhões nos dias de hoje»[12]. Mas, diz Simon Verdiere, isso não significa que o capitalismo seja a única via possível; é preciso desvendar o que constitui uma «ilusão coletiva». De facto, os números mostram, por exemplo (conforme

[8] Ibid.
[9] Ibid.
[10] Op. cit.
[11] https://www.les-crises.fr/le-capitalisme-est-beaucoup-plus-important-que-la-démocratie-declare-le-conseiller-economique-de-donald-trump/
[12] *Não, o capitalismo não combate a pobreza,* Simon Verdiere, 02/05/2023, https://mrmondialisation.org/capitalisme-lutte-pas-pauvrete/

confirmado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD), que quando os rendimentos mundiais aumentam, os 10% da população mais abastada absorvem 24% desse aumento e os 10% mais pobres apenas 0,07%. O relatório Spotlight[13] do PNUD de 2024 destaca várias constatações e alertas: «Os ecossistemas mundiais correm o risco de entrar em colapso décadas mais cedo do que o previsto e a desigualdade entre os países e no seio destes aumentou desde 2020». Acrescentando que «o crescimento económico atual está cada vez mais dissociado do bem-estar humano e do equilíbrio ecológico». Teme-se uma «subalimentação crónica de 600 milhões de pessoas até 2030»[14]. Não são organizações de extrema-esquerda nem pessimistas extremos que o dizem, mas sim o muito sério PNUD. Este tipo de constatação irrita os bem-pensantes dos diferentes tipos de capitalismo.

O capitalismo seria o melhor gestor do planeta. Já há algum tempo que se sabe que não é assim. Se a COP 21 foi um sucesso que suscitou esperanças de uma viragem importante a favor do clima, com o objetivo de manter o aquecimento global entre 1,5 e 2 graus Celsius, vemos claramente que, desde então, os retrocessos sucessivos se acumulam. Nomeadamente devido à retirada dos Estados Unidos do acordo em nome da liberdade das empresas, apesar da carta aberta de grandes líderes empresariais apelando ao respeito por este acordo (Sundar Pichai da Google, Tim Cook da Apple e Mark Zuckerberg do Facebook). É de esperar que as novas COP permitam restabelecer a trajetória correta… O Movimento Mundial dos Jovens pelo Clima alertou, denunciando «um sistema que privilegia o lucro em detrimento das pessoas do planeta»[15]. Um aviso lançado por jovens com menos de 30 anos que representam mais de metade da população mundial. Outras vozes fazem-se ouvir, nomeadamente por parte das grandes seguradoras e resseguradoras, que indicam que o fracasso das COP conduziria a catástrofes em regiões inteiras, que se

[13] https://www.undp.org (O Capital Social e a Crise do Capital), Signals Spotlight 2024.
[14] Op. cit.
[15] www.youthforclimate.fr

iriam ampliando e, por efeito rebote, a abalar o sistema financeiro e, de forma mais global, o próprio capitalismo.

2. Um capitalismo autocorretivo?

O professor Philippe Aghion, autor de *O poder da destruição criativa*[16]*,* considera possível e necessário «regular melhor o capitalismo». Segundo ele, seria necessário controlar melhor as rédeas deste cavalo indomável, em vez de o destruir ou ultrapassar. Ele defende uma melhor intervenção do Estado, evocando, por exemplo, o papel útil de uma tributação sobre o carbono, de subsídios à inovação, do estímulo à mobilidade social, da sanificação da concorrência, de uma fiscalidade mais inclusiva e do papel essencial da Sociedade Civil. Michel Aglietta, por seu lado, desenvolveu uma teoria importante, a da Regulação[17]. Esta teve um forte impacto muito para além da Europa. Ele destacou, por exemplo, o que chamava de financiadores pacientes (fundos de pensões), capazes de acompanhar a médio e longo prazo projetos sustentáveis. Já incluía as dimensões ecológicas destes. O perfil de um capitalismo que integra as preocupações ecológicas e, claro, sociais estava traçado. Mas hoje, onde estão as implementações de tal regulação do e pelo capitalismo? Há algumas razões para duvidar da vontade das forças capitalistas de avançarem francamente nesse sentido. É certo que existe o «Global Compact», lançado em 2000 pela ONU, a norma ISO 26000, a Diretiva de Sustentabilidade Corporativa, a CRDS europeia, tudo reforçando a noção de Responsabilidade Social e Ambiental. E, felizmente, observa-se um certo impacto no comportamento de empresas grandes ou pequenas. Mas reconheçamos que estas novas regras do jogo demoraram muito tempo a convergir e são agora alvo de novas resistências por parte do capitalismo «cowboy», mas também de outras forças político-económicas. O «Corporate Welfare», tal como é entendido atualmente, visa reduzir o papel das instituições sociais do Estado em benefício das lógicas do mercado e tem também um o negativo nos textos e instrumentos destinados a salvar o clima. É bastante comum preconizar o adiamento da sua aplicação. A regulamentação não está

[16] *O poder da destruição criativa,* Philippe Aghion com Céline Antonin e Simon Bunel, Odile Jacob, 2020.
[17] *Regulação e crises do capitalismo,* Michel Aglietta, Éditions Odile Jacob, 1976.

para amanhã, mesmo que não possa ser considerada impossível. As cautelas e as circunvoluções do Fórum Económico Mundial são significativas a este respeito; o presidente do WEF, Klaus Schwab, afirma ele próprio que é preciso encontrar um caminho «entre o estatismo e o neoliberalismo»[18].

3. A Economia Social de Mercado

A Economia Social de Mercado instituída na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial pelo chanceler Ludwig Erhard já era o resultado de uma busca de compromisso entre a economia de mercado livre e os objetivos sociais, entre a livre concorrência e a política social. A legislação alemã introduziu a participação dos trabalhadores nos Conselhos de Empresa, sob o nome de cogestão. Esta é paritária entre trabalhadores e acionistas nas empresas com mais de 2000 trabalhadores. Estas escolhas político-económicas marcaram as mentes como uma solução intermédia concreta. Por seu lado, o «modelo sueco» apresentou, também no pós-guerra, um compromisso entre o capitalismo, o Estado-providência e o mutualismo, consagrado como produtor de bens sociais e não apenas económicos. Olof Palme era o seu defensor. Este equilíbrio foi duradouro, mas foi abalado na década de 90. Esta noção de Economia Social de Mercado, um pouco esquecida ou mesmo posta de lado durante vários anos, volta à tona desde as sucessivas crises de 2008, 2011 e da Covid. Continua a ser uma base pertinente.

4. Uma Economia Pós-Capitalista a construir?

O coletivo formado por Audrey Laurin-Lamothe, Frederic Legault e Simon Tremblay-Pepin propõe um caminho pós-capitalista[19]. Eles apresentam receitas estimulantes que, no entanto, não constituem um conjunto completo: «Colocar todos no mesmo nível de conhecimento no seu ambiente de trabalho…». Implementar «modelos participativos» ligados a um planeamento. «Misturar capitalismo e bens comuns», ou mesmo implementar «um

[18] Klaus Schwab, RTS (Radio Télévision Suisse), 06/07/2019.

[19] *Construir a economia pós-capitalista,* Audrey Laurin-Lamothe, Frédéric Legault e Simon Tremblay-Pepin, Lux Editeur, 2023.

planeamento informático centralizado», colocando a moeda fora de jogo…[20]

5. Tarde demais para responder ou uma emergência?

Tendo em conta a persistência dos fenómenos e das ações desiguais, descritas por numerosas instituições internacionais e investigadores, parece lógico responder que existe uma urgência em seguir caminhos diferentes dos do capitalismo. Esta abordagem deve ser ainda mais motivada? Certamente, se, como proclamam alguns: «o capitalismo é a guerra!». Guerra económica através de uma concorrência desenfreada? Certamente. Guerra, pura e simples? As guerras multiplicaram-se desde a Segunda Guerra Mundial até aos dias de hoje, onde voltam às portas da União Europeia. Vontade de conquista, procura de terras aráveis, procura de minerais, as razões são numerosas. A rejeição do modelo ocidental não é a menor delas. É preciso admitir — ou não —, mas a «economia de guerra» regressou aos programas governamentais. Seria necessária uma longa análise em torno do binómio capitalismo/guerra. Hoje, isso manifesta-se diante dos nossos olhos: o que quer Vladimir Putin na Ucrânia, recuperar uma parte da herança perdida do Império Russo, deitar a mão aos minerais que Donald Trump cobiça em troca de apoio à Ucrânia? Esses mesmos minerais…

Abhijit Banerjee e Esther Duflo, na *obra «Economia útil para tempos difíceis*», sublinham a urgência, nomeadamente, de «ajudar as populações deixadas à margem pela lei do mercado»[21]. Os autores abordam o tema extremamente sensível da imigração, propondo uma política de apoio tanto aos autóctones como aos imigrantes. A leitura de *«O Atlas da Nova Desordem Mundial»,* elaborado por Alternatives Économiques[22], bastaria por si só para avaliar a urgência, ou melhor, as urgências, que exigem afastar-se do modelo, ou melhor, dos modelos «capitalistas». Alguns títulos deste Atlas falam por si: *Um mundo de desigualdades,* uma *Geopolítica do Pior, Quem serão as*

[20] Op. cit.
[21] *Economia útil para tempos difíceis,* Abhijit Banerjee e Esther Duflo, Seuil, 2020.
[22] Alternatives Économiques, julho-agosto de 2025.

vítimas da Guerra Comercial?[23] A hiperglobalização desenfreada estaria perto do fim, mas se as formas nacionalistas do capitalismo se limitarem a substituir as formas internacionalistas do capitalismo, os progressos desejáveis não ocorrerão. Joseph Stiglitz alerta para a urgência da situação: «O tempo não está do nosso lado. A crise climática não nos permite ignorar como o capitalismo desenfreado nos levou a ultrapassar os nossos limites ambientais; e a crise democrática (das desigualdades) do populismo não nos deixará ignorar que os ideais da democracia estão a ser destruídos»[24].

6. Então, que alternativa(s) existe(m)?

O próprio Joseph Stiglitz acredita numa transformação do capitalismo num «capitalismo progressista que maximizaria as liberdades reais dos cidadãos», que seria uma espécie de «social-democracia regenerada»[25], graças a mais justiça social, uma educação liberal, uma Sociedade do Conhecimento, uma economia descentralizada e um reequilíbrio das relações de poder. Uma transformação, portanto, pacífica e moderada, assente em rupturas com os capitalismos autoritários e/ou financeiros. Gaël Giraud e Cécile Renouard formularam *20 propostas para reformar o capitalismo*[26]. Escolher, dizem os autores, é urgente. Propõem, «fora de qualquer posição ideológica extrema», reorientar o capitalismo para o adaptar aos desafios sociais, climáticos, éticos e democráticos. As suas propostas vão de «Por uma finança ao serviço da economia» a «Por uma economia verde», abordando sucessivamente temas-chave relativos a uma fiscalidade justa, à regulamentação dos fundos de pensões, à contabilidade social e ambiental[27]… Uma abordagem, portanto, reformista.

Existem, evidentemente, muitas outras propostas nesse sentido. Thomas Piketty, em *Capital e Ideologia*[28], apresenta a noção de

---

[23] Ibid.

[24] *Os Caminhos da Liberdade,* Joseph Stiglitz, Les liens qui libèrent, 2025.

[25] Ibid.

[26] *20 propostas para reformar o capitalismo,* Gaël Giraud e Cécile Renouard, Coleção Champs – Ensaios n.º 1031, 01/02/2012.

[27] Ibid.

[28] *Capital e Ideologia,* Thomas Piketty, Le Seuil, 2019.

«socialismo participativo», abrindo caminho para uma superação, um abandono do capitalismo. As suas propostas incidem na superação da propriedade privada, no tríptico do imposto progressivo (propriedade, herança, rendimento), na propriedade social e temporária, na tributação progressiva das emissões de carbono, na democracia participativa e igualitária, na partilha do poder na empresa… Trata-se, portanto, de pôr fim ao capitalismo em benefício de um socialismo «igualitário com uma visão universal»[29].

Abhijit Banerjee e Esther Duflo, ao falarem de «responder à urgência de tempos conturbados»[30], destacam medidas úteis que constituem também uma base para uma transformação profunda. Baseando-se, entre outras coisas, numa necessária mudança de escuta e de atitude, em nome do respeito, da moral, do humanismo ativo e concreto. Desmontando os mecanismos do crescimento desigual e esclarecendo as ações destinadas a «promover o bem-estar» (medidas relativas à saúde, à educação, ao acesso a melhores infraestruturas…), as ações de combate às alterações climáticas (imposto sobre o carbono), a implementação de medidas fiscais justas, a luta contra a corrupção, a proposta do rendimento universal… Um conjunto que rompe com os modelos dominantes.

E como não mencionar o Relatório do Clube de Roma (1972) e a Cimeira do Rio de 2012, que muito antes da COP 21 salientaram a urgência (já então existente) de fazer escolhas que, na altura, eram muito inovadoras. O Relatório já alertava para os riscos que o crescimento pelo crescimento acarretava e apelava a uma estabilização ou mesmo a um crescimento zero. Um relatório «explosivo» para a época, exaltado por uns, denunciado por outros. Mas que, pela primeira vez, apontava as imperfeições e os efeitos destrutivos do sistema dominante.

7. A Economia Social e Solidária

Durante muito tempo discreta, demasiado discreta, a Economia Social e Solidária surge cada vez mais como uma alternativa concreta nos

[29] Op. cit.
[30] *Economia útil para tempos difíceis,* Abhijit Banerjee e Esther Duflo, Seuil, 2020.

territórios mais diversos possíveis do globo. Sem dúvida, em primeiro lugar, graças aos seus princípios próximos dos ODS, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em que medida esta Economia Social e Solidária traça um caminho original e se distingue das diferentes formas de capitalismo? Os seus princípios respondem à questão:

. Tem origem na sociedade civil que se organiza: cooperativas, mutualidades e associações, fundações e, em França e noutros países, empresas sociais que respeitam estes valores. Trata-se, de certa forma, da livre iniciativa coletiva, em particular no que diz respeito às três primeiras componentes. São cidadãs e cidadãos (trabalhadores assalariados, membros, ativistas, beneficiários, mas também empresários independentes...) que se entendem para agir em conjunto.

. Os projetos são conduzidos em pé de igualdade entre os membros: uma pessoa (física ou jurídica), um voto. Este princípio é o oposto daquele que rege as sociedades por ações. A ESS opta pela «participação máxima».

. Uma distribuição dos excedentes regulamentada e justa. Quando obtém lucros, deve, tal como acontece com outras formas de empresas, reinvestir uma parte no projeto, mas, acima de tudo, deve proceder a uma distribuição equitativa entre assalariados e dirigentes. A detenção de quotas sociais (cooperativas) pode dar origem a uma remuneração, mas esta deve ser limitada, o que também representa uma ruptura com o sistema capitalista.

. Uma propriedade privada, mas coletiva, graças à indivisibilidade total (mutualidades, associações) ou parcial dos fundos próprios (cooperativas, mas estas têm reservas indivisíveis). Este é outro elemento forte de diferenciação em relação às empresas capitalistas.

. A busca do interesse coletivo, a solidariedade entre os membros e também, numa perspetiva mais ampla, do interesse geral nos planos social, ambiental e económico. O que também contrasta com a visão centrada no lucro das empresas tradicionais.

. A independência em relação ao Estado.

Estes princípios estão interligados. A aplicação fragmentada de um ou de outro não basta para tornar uma empresa ou organização numa entidade da Economia Social e Solidária. O que contrasta com as organizações ou empresas que aplicam apenas alguns, mas não os outros.

A Economia Social e Solidária saiu hoje da sombra e é reconhecida. Tornou-se um ator incontornável devido ao seu peso económico, à sua utilidade social, ecológica e económica, ao seu crescimento e às suas alianças.

O seu peso pode ser ilustrado por alguns números:

O número de membros apenas das cooperativas representa 12% da humanidade; as 300 maiores cooperativas geram 2,4 biliões de dólares americanos; os trabalhadores das cooperativas no mundo são 281 milhões, ou seja, 10% da população ativa mundial[31]. Em crescimento, as mútuas de seguros detêm cerca de 33% do mercado mundial; também crescem as mútuas de saúde, que cobrem 230 milhões de pessoas[32]. Seria necessário acrescentar as associações estabelecidas em todo o globo (mas faltam estatísticas a este respeito). Existem 10 milhões de ONG no mundo, o que as tornaria a 5.ª força económica mundial. A Economia Social e Solidária está presente em todos os continentes, em todos os territórios, em todos os setores de atividade económica, social, monetária e não monetária. Reúne tanto microorganizações como empresas de dimensão internacional. A ESS tem, de facto, a dimensão de uma alternativa (o que não significa que pretenda ser o único modelo). Participa, segundo Abdou Salam Fall[33], «não no crescimento tradicional, mas numa qualidade de crescimento que contribui para elevar o nível de vida» e, acrescentemos, para permitir que mulheres e homens imaginem e tomem as rédeas dos seus projetos. Esta noção de «qualidade de crescimento» rompe com

[31] Dados da Reliance Coopérative Internationale da Federação Internacional das Mútuas.
[32] Op. cit.
[33] *A Economia Social e os quadros internacionais de desenvolvimento,* Abdou Salam Fall, Universidade do Quebec em Outaouais, 2012.

a instaurada pela economia anterior: o crescimento pelo crescimento económico e pelos lucros.

. O seu crescente reconhecimento pelas instituições internacionais:

Durante a Cimeira das Cidades – Habitat III, em Quito, em 2016, a declaração final teve em conta o papel da ESS. Na sua sessão plenária de 2024, a Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução sobre a promoção da ESS ao serviço do desenvolvimento sustentável. A Assembleia Geral adotou desde então uma segunda resolução reconhecendo a importância da ESS como motor essencial, inclusivo e sustentável (é interessante notar que a Argentina se absteve nessa ocasião, posicionando-se como defensora do capitalismo e do livre comércio). Outras resoluções foram adotadas paralelamente pela Organização Internacional do Trabalho e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

O aumento da importância da ESS, os sucessivos reconhecimentos por parte das grandes instituições internacionais e a adoção de legislação relativa à ESS por diversos Estados fazem da ESS uma alternativa bem estabelecida num período de grande caos climático, económico e político, um período também marcado por guerras que afetam até mesmo o continente europeu. Bem estabelecida não significa, contudo, suficientemente estabelecida face às divisões e conflitos que se multiplicam. O próprio facto de ser reconhecida exige que seja mais empreendedora do que nunca. Tendo em conta possíveis reações de inveja e descontentamento por parte de organizações internacionais representativas do mundo capitalista, fenómenos de arrependimento provenientes de esferas hostis à Sociedade Civil organizada, tentativas de confraternização com a ESS com o objetivo de melhor a sufocar ou conter. Estas eventualidades negativas não podem ser ignoradas, mas devem, acima de tudo, incentivar a ESS a não se contentar com o seu novo posicionamento.

8. Destacam-se várias linhas de ação

O Fórum Internacional da ESS, que se propõe ser o organismo responsável pela diplomacia da ESS em todo o mundo, ainda tem

muito a fazer neste domínio. Os seus Encontros do Monte Branco (em Genebra) constituem uma oportunidade para uma nova mobilização, nomeadamente dos grandes atores da ESS portadores de soluções concretas para implementar estratégias financeiras, industriais, agrícolas e de serviços, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (para além da RSE ou da CRDS europeia). Uma forma de a ESS renovar a noção de «multilateralismo face à brutalização das relações internacionais e sociais»[34].

As ligações entre cidades, territórios e ESS estão a desenvolver-se de forma crescente. O Fórum Global, GSEF, que associa cidades e ESS, desempenha um papel essencial nesta evolução, destacando o que é realizado em comum e possibilitando o intercâmbio de experiências e realizações. Estas alianças entre eleitos locais (e também nacionais) são determinantes para o futuro. Têm como cimento o interesse geral, a vontade de agir solidariamente para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a invenção de novas formas de gerir a economia no terreno, de responder às expectativas e urgências sociais e ambientais. Estas alianças são, portanto, transformadoras. Apontam para uma economia útil, para uma democracia partilhada e não controlada. Têm o mérito de abordar e resolver problemas diversificados relativos ao acesso à saúde, à alimentação, à ecologia e à integração. É também uma forma de escapar aos riscos de instrumentalização por parte de um poder económico e/ou político mal-intencionado que não vê com bons olhos a sociedade civil escapar a restrições inaceitáveis. O papel da UNTFSSE, a Task Force da ONU dedicada à ESS, continuará a ser importante neste novo período.

9. Ir mais longe

Os Fóruns Continentais da ESS estão a ganhar impulso. É o caso do FORA ESS, o Fórum Africano da ESS, que tem como objetivo «uma economia centrada no ser humano». O Fórum de 2024 destacou na sua declaração final que «os presidentes de câmara do continente comprometem-se a implementar políticas públicas locais favoráveis ao surgimento e ao desenvolvimento da ESS». No mesmo espírito, o

[34] ESS-FI, julho de 2025.

Fórum solicitou aos Estados africanos que criassem Conselhos Nacionais ou Agências da ESS. Será pertinente observar o que se prepara na América do Sul e Central, bem como na Ásia.

As resoluções alcançadas, a estruturação de fóruns ou plataformas da ESS, a adoção lenta, mas crescente de legislação relativa à ESS, a parceria entre a ESS-FI e o GSEF, são sinais do fortalecimento da ESS como alternativa visível e credível. No entanto, ela ainda não se livrou de uma certa timidez, embora tenha saído totalmente do que era o seu silêncio ensurdecedor. É hora de ela dar mais alguns passos à frente:

. Intervindo em novos campos de ação. Apropriando-se mais rapidamente do que outros de novas ferramentas, nomeadamente a Inteligência Artificial, para acelerar o seu progresso no respeito pelos seus valores. Um tema ainda novo que a ESS deveria abordar a nível internacional.

ACOME – SCOP (França)
558 milhões de euros de volume de negócios
«Grupo cooperativo inovador que baseia o seu desempenho na inovação». «Cerca de uma centena de técnicos e engenheiros estão envolvidos na investigação fundamental».
www.acome.com

. Continuando, no entanto, o seu desenvolvimento em setores tradicionais.

AMUL - Cooperativa (Índia)
Cooperativa leiteira
3,64 milhões de produtores
50 milhões de litros de leite por dia
www.amul.com

Cooperativa Ecocitrus Brasil

62 explorações agrícolas associadas

Transformação de citrinos, unidade de biogás, unidade de compostagem

www.ethiquable.coop/fiche-producteur/ecocitrus-commerce-equitable-bresil-agrumes

. Continuando também as suas ações em prol do desenvolvimento.

Agenda Global para o Financiamento do Desenvolvimento

Julho de 2025

A ESS foi, pela primeira vez, claramente reconhecida como um ator no financiamento do desenvolvimento.

www.news.un.org / www.agenda-2030.fr

FORA-ESS

Fórum Africano da ESS

A ESS na África, «alavanca de transformação, resiliência e inclusão».

«Uma economia centrada no ser humano»

www.foraess.org

. Continuando a promover o papel das mulheres.

Mulheres como protagonistas da ESS

Um papel crescente nas diferentes organizações e empresas da ESS

Estudos e Teses – Justiça Social, paz e direitos humanos.

www.prixdesmemoires.cjdes.org

. Continuando a desenvolver sinergias.

Cooperativa de Saúde Wonju (Coreia do Sul)
Ligada a cooperativas de crédito, habitação e creches, instaladas no mesmo território
2500 famílias associadas
80 funcionários
www.academia.edu/80571292

Licoornes (França)
13 cooperativas associadas, desde energias renováveis a lojas cooperativas, passando pela eletrónica responsável, partilha de automóveis e outras atividades.
Transformar radicalmente a economia.
www.licoornes.coop

EURESA
17 grupos mutualistas ou cooperativos europeus
43,7 mil milhões de euros acumulados
48,9 milhões de segurados
www.euresa.org

. Criando novos modelos de comunicação para desempenhar um papel de informação e influência que lhe tem faltado profundamente até hoje. As fundações poderiam desempenhar um papel nesse sentido. Trata-se de um objetivo que está longe de ser suficientemente tido em conta e, por isso, longe de ser alcançado.

. Ao estar na vanguarda da revolução energética, tanto a nível local como transnacional, o que já é o caso em vários países.

Associação Nacional de Cooperativas Elétricas Rurais (EUA)
900 cooperativas
40 milhões de pessoas servidas
Desenvolvimento em curso de soluções: energia hidroelétrica, solar, eólica.
www.nrec.ri.cmu.edu

RESCOOP – UE
2500 cooperativas europeias de energias renováveis que abrangem 2 milhões de cidadãos
«Da transição energética para a democracia energética»
www.rescoop.eu

. Conseguindo convencer os bancos cooperativos e mutualistas e outras instituições de financiamento afins a reunirem-se e a agirem em conjunto para investir na economia útil do futuro que é a ESS. Embora muitas delas estejam – evidentemente – historicamente e significativamente empenhadas nesse sentido, existem poucas ações comuns transfronteiriças.

Bancos Cooperativos no Mundo
No top 300 da ACI, duas bancos cooperativos ocupam os primeiros lugares.
Crédit Agricole (França) 117 mil milhões de dólares
BPCE (França) 640 mil milhões de dólares
www.ica.coop

. Criando uma plataforma internacional de negociação de títulos financeiros representativos da ESS. Tudo está por fazer neste momento.

. Mobilizando, assim, mais actores-financiadores para atingir os ODS.

ESS, pilar dos ODS

A resolução A178/L.56 da Assembleia Geral das Nações Unidas (29 de novembro de 2024) declara a ESS «pilar para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável».

www.agenda-2030.fr

NIPPON MUTUAL Life (Japão)

49 mil milhões de dólares americanos de volume de negócios

66 500 colaboradores

Uma política proativa em prol do desenvolvimento sustentável

Alinhamento com o objetivo do Acordo de Paz

www.nipponlifebenefits.com

. Investigando quais novas aplicações o sistema de propriedade privada e colectiva da ESS poderia ter. E reforçando a aliança entre a ESS e os defensores dos Bens Comuns.

. Convidando os representantes eleitos nacionais ou transnacionais (UE) favoráveis à ESS a reunirem-se e a agirem em conjunto. É indispensável um acordo democrático transnacional favorável à ESS.

Intergrupo ESS

O intergrupo ESS e serviços de interesse geral foi renovado no Parlamento Europeu em dezembro de 2024.

www.europarl.europa.eu

. Inspirando as empresas e organizações tradicionais na procura de soluções participativas e éticas. O diálogo ESS/Empresas tradicionais teve lugar na década de 90 em torno dos temas Economia Social/Cogestão/Participação[35] e reapareceu nos últimos anos (cf. a tímida lei Pacte em França). Será tanto mais frutífero quanto for realizado num clima de respeito recíproco, longe das tentativas de banalização da ESS.

A lista, certamente, deveria ser tanto priorizada como alargada. O papel da Coligação Internacional da ESS: Fórum Internacional da ESS (ESS-FI), Fórum Global Mundial das Cidades da ESS (GSEF), Aliança Cooperativa Internacional (ACI), Sociedades Internacionais de Benefício Mútuo (aim-mutual.org), Federação Internacional de Seguros Cooperativos e Mútuos (ICMIF), fundada em 2021, nunca teve tanta razão de ser. A amplitude dos desafios basta para o demonstrar. O Encontro Mundial de Bordéus, em outubro de 2025, iniciado pelo GSEF, surge na altura certa, tal como o dos Encontros do Monte Branco, em janeiro de 2026. Acrescentando que também deveriam ser elaborados pactos de ação com as Organizações Não Governamentais que atuam a nível internacional em prol do desenvolvimento sustentável, da inclusão, da luta contra a pobreza, dos direitos das mulheres, da liberdade de expressão...

Isto tanto mais quanto inúmeros sinais (ataques terroristas, guerras, ascensão dos extremismos) revelam o enfraquecimento das democracias e, de um modo mais geral, dos elementos que garantem um mínimo de estabilidade no mundo. A Economia Social e Solidária tem um papel adicional a desempenhar neste período. Pelo seu próprio modelo, é portadora de escolhas coletivas entre cidadãos e cidadãs, alimentando assim a busca por iniciativas, decisões e organizações imaginadas e realizadas «em conjunto». A ESS é, aliás, por vezes designada por «Economia dos Povos». As suas regras, já referidas, apontam na mesma direção «pacífica»: livre iniciativa, democracia, repartição justa dos excedentes, propriedade coletiva escolhida, solidariedade, empenho dos indivíduos. São tantos fatores

[35] *A empresa do futuro será participativa,* Thierry Jeantet, Les Échos, 19/01/2007 e *Uma análise comparativa sobre o conceito de participação,* Georges Arrigo, Giuseppe Casalewww.ilo.org

a favor de intercâmbios e relações pacíficas, que conduzem à compreensão e à tolerância. Estão, portanto, mais uma vez, em ruptura com as relações internacionais marcadas por confrontos económicos, acordos limitados ou incompletos, muitas vezes desprovidos de objetivos de desenvolvimento sustentável. Não se trata aqui de ingenuidade, mas de um modo de construção partilhada das relações internacionais. Neste ponto, afigura-se desejável que os componentes da Economia Social e Solidária deem uma nova dimensão ao comércio e às trocas justas (Fairtrade International, World Fairtrade Organisation…), que foram objeto de uma carta internacional por ocasião do 3.º aniversário da adoção dos ODS. Esta carta poderia ser a ocasião, dado que a Organização Mundial do Comércio se encontra paralisada há muito tempo, para defender a criação de uma Organização Mundial do Comércio Justo, estruturada em conformidade e ligada à ONU (nomeadamente ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), ou para se auto-organizar de forma mais profunda do que atualmente. No mesmo espírito, deveriam ser estabelecidos laços com o Programa Alimentar Mundial. O mesmo se aplica a «Coalizão Alimenta a Humanidade de Forma Sustentável».

10. Acelerar

Sabemos que vivemos uma era de forte aceleração das mudanças tecnológicas, económicas e sociais, de brutalização das relações internacionais e também intra-nacionais; por isso, já não há tempo a perder.

É também por isso que a Economia Social e Solidária deve utilizar a nova ferramenta que é a Inteligência Artificial para impor mais Inteligência Social. Por outras palavras, a IA deve estar ao serviço da IS.

A ESS, fortalecida pelo seu próprio crescimento nos últimos anos, pelos múltiplos reconhecimentos obtidos, de Quito a Doha, passando por Nova Iorque e Genebra, e pelas suas alianças crescentes com as cidades e territórios, é uma alternativa visível, audível e ativa. Razão suficiente para que dê uma nova amplitude ao seu crescimento, à sua

propagação e ao seu alcance de um extremo ao outro do globo. Os capitalismos existem, confrontam-se, enfraquecem o planeta, não são obrigatórios! A Economia Social e Solidária assume o seu lugar e prepara outro futuro mais humano, democrático, social e ecológico.

Thierry Jeantet

Presidente de Honra do Fórum Internacional da ESS (ESS-FI°), Membro do Conselho Consultivo do Global Social Economy Forum (GSEF). Vice-Presidente da Fundação Cédias (Documentação e Arquivos da ESS, Debates passados/futuros da ESS).

Autor, nomeadamente, de «*L'Économie Sociale et Solidaire, la Clef des Possibles*» (Edições Les Petits Matins) 2021, *L'Économie Sociale, la Solidarité au défi de l'efficacité* (Edições Documentation Française), 3.ª edição 2016, *L'Économie Sociale, une alternative au capitalisme* (Edições Economica) 2008.